



**ADVOGADO – 26 A 50**

**26. (PMA/URCA 2026) Em relação ao serviço público no direito administrativo e/ou constitucional brasileiro e na doutrina, assinale a alternativa correta:**

- A) Todo serviço público é prestado exclusivamente pelo Estado, vedada a delegação a particulares, permitido, inclusive, o monopólio.
- B) Os recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, aos Estados e ao Distrito Federal, conforme sua localização, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- C) A concessão de serviço público transfere ao particular a titularidade do serviço, que passa a ser privado.
- D) A permissão de serviço público é delegação precária, mediante licitação, para execução de serviço público.
- E) Serviço Público é “toda atividade material que a lei atribui ao Estado para que a exerça diretamente com o objetivo de satisfazer concretamente às necessidades coletivas.” DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 31.a. ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro.

**27. (PMA/URCA 2026) Sobre a diferença entre imposto e taxa, é certo afirmar:**

- A) O imposto é vinculado a uma atividade estatal específica.
- B) A taxa é vinculada a uma atividade estatal específica.
- C) Ambos são tributos vinculados.
- D) O imposto é facultativo e a taxa é compulsória.
- E) A taxa é contribuição social enquanto imposto é tributo.

**28. (PMA/URCA 2026) No ordenamento jurídico brasileiro há normas referentes às competências em matéria tributária. Observando-se esse sistema normativo, entre os tributos que podem ser instituídos pelo município de Assaré, não está incluído:**

- A) IPTU
- B) ITBI
- C) ISS
- D) ICMS
- E) TAXA

**29. (PMA/URCA 2026) “Há situações em que o direito se mostra tão evidente que, pela lógica do sistema, não faz sentido privar o autor de tutela imediata.” Gajardoni, fernando da, f. Et al. Manual de processo civil - 1ª edição 2025. Disponível em: grupo gen, grupo gen, 2025. P. 319. Essas tutelas estão referidas no cpc vigente, sobre elas podemos afirmar.**

- A) A tutela de urgência e a tutela de evidência dependem de perigo de dano.
- B) A tutela de urgência depende de perigo de dano e a da evidência da prova inequívoca.
- C) Ambas as tutelas, de urgência e de evidência, dependem de prova inequívoca.
- D) A tutela de urgência é definitiva e a da evidência provisória.
- E) Na tutela de evidência a petição inicial, independente de prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, será concedida.

**30. (PMA/URCA 2026) Qual é a diferença fundamental entre o controle difuso e o controle concentrado de constitucionalidade?**

- A) Controle Difuso de Constitucionalidade é feito pelo Legislativo e Controle Concentrado de Constitucionalidade é feito pelo Judiciário (art. 97 da CF).
- B) Controle Difuso de Constitucionalidade é feito apenas em ações diretas e Controle Concentrado de Constitucionalidade em recursos (art. 107 da CF).
- C) Controle Difuso de Constitucionalidade é incidental e pode ser proferido por qualquer juiz e Controle Concentrado de Constitucionalidade é principal e pode ser processada e julgada a ação pelo STF (art.102, I, a da CF).
- D) Controle Difuso de Constitucionalidade é exercido pelo STF e Controle Concentrado de Constitucionalidade por qualquer juiz (art.102, I, a da CF).
- E) Controle Difuso de Constitucionalidade é feito pelo Executivo e Controle concentrado de Constitucionalidade pelo Legislativo.

**31. (PMA/URCA 2026) Há atos administrativos que “implicam liberdade de atuação nos limites traçados pela lei; se a administração ultrapassa esses limites, a sua decisão passa a ser arbitrária, ou seja, contrária à lei.” Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 31.a. Ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro. P 244/245. Sobre esse tipo de ato podemos afirmar:**

- A) É característica do ato Discricionário.
- B) Ato administrativo com desvio de poder.
- C) Ato administrativo discricionário ilimitado, não sujeito a controle judicial.



D) Ato vinculado enquanto aquele que a lei define todos os elementos do ato, não cabendo juízo de conveniência e oportunidade.

E) O controle jurisdicional dos atos administrativos abrange o mérito administrativo, podendo o Judiciário substituir a decisão da Administração.

**32. (PMA/URCA 2026) Qual é a natureza jurídica das contribuições de melhoria, de acordo com o Código Tributário Nacional - CTN?**

A) Tributo vinculado à prestação de serviços.

B) Tributo vinculado à valorização imobiliária decorrente de obra pública.

C) Tributo não vinculado.

D) Multa administrativa.

E) Contribuição social geral.

**33. (PMA/URCA 2026) Qual é o princípio que impede a aplicação da lei civil nova, mais gravosa?**

A) Princípio da legalidade.

B) Princípio da anterioridade.

C) Princípio da igualdade.

D) Princípio da proporcionalidade.

E) Princípio da irretroatividade.

**34. (PMA/URCA 2026) No âmbito do procedimento comum ordinário no processo civil brasileiro, não se pode afirmar:**

A) Havendo pluralidade de réus se algum deles contestar a ação, e/ou se versar sobre direitos indisponíveis, a revelia não produz os efeitos do art. 344 do CPC.

B) Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.

C) Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial, razão pela qual o revel poderá intervir no processo em qualquer fase, e quando de sua habilitação lhe será restabelecido os prazos perdidos, excepcionalmente.

D) Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das preliminares.

E) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, fato que será imediatamente comunicado ao juiz da causa, preferencialmente por meio eletrônico.

**35. (PMA/URCA 2026) Sobre as medidas provisórias editadas pelo presidente da república, podemos afirmar:**

A) É Ato normativo primário com força de lei.

B) É Resolução Administrativa com validade de 60 dias.

C) É Lei complementar.

D) É Lei ordinária.

E) É Decreto regulamentar com validade de 60 dias, podendo ser reeditada.

**36. (PMA/URCA 2026) De acordo com a lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa errada sobre as licitações.**

A) Para os fins da lei de licitação vigente no Direito brasileiro, considera-se autoridade o/a agente público dotado/dotada de poder de decisão.

B) A lei de licitações vigente no Direito brasileiro, na sua aplicação, observará os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

C) A licitação visa, dentre outros objetivos: assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, a seleção da proposta mais vantajosa e o desenvolvimento nacional sustentável.

D) A modalidade de licitação denominada diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;

E) A inexigibilidade de licitação ocorre quando a competição é possível, mas inconveniente ao interesse público, em especial na contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

**37. (PMA/URCA 2026) Sobre a competência tributária e/ou regime jurídico das receitas tributárias segundo a CF/88, não podemos afirmar:**



- A) São receitas que pertencem aos Estados e ao Distrito Federal somente o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;
- B) Lei Complementar poderá instituir imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- C) Instituir impostos sobre produtos industrializados é competência da União, dos Estados, do DF e dos Municípios.
- D) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direito.
- E) Aos Municípios compete instituir impostos, dentre outros, sobre: transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.

**38. (PMA/URCA 2026) Qual é o prazo prescricional para a ação que pretende haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem, segundo o código civil vigente?**

- A) 5 anos.
- B) 1 ano.
- C) 10 anos.
- D) 3 anos.
- E) 2 anos.

**39. (PMA/URCA 2026) Sobre os recursos na legislação processual civil brasileira - CPC, é errado afirmar.**

- A) São cabíveis os recursos: de apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário, agravo em recurso especial ou extraordinário e embargos de divergência.
- B) Dos despachos cabe o recurso de agravo interno.
- C) A apelação terá efeito suspensivo e devolutivo, nos termos do CPC.
- D) Os embargos de declaração serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz, com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e não se sujeitam a preparo.

- E) O Supremo Tribunal Federal, em decisão irrecurável, não conhecerá do recurso extraordinário quando a questão constitucional nele versada não tiver repercussão geral. Para efeitos de repercussão geral, será considerada, dentre outras, a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo.

**40. (PMA/URCA 2026) Nos artigos 5o. e 6o. da CF podemos ler alguns dos principais direitos humanos. direitos individuais, como do artigo 5o. "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade do direito à vida (...)" e direitos sociais, como do artigo 6o. "a educação, saúde, trabalho, moradia, etc.". Estes direitos são considerados direitos humanos fundamentais. Qual é a diferença entre direitos humanos fundamentais de primeira e segunda geração/dimensão, considerando o entendimento doutrinário em face da história de aquisição desses direitos para as civilizações ocidentais e para o Brasil?**

- A) Não há diferença.
- B) Primeira geração/dimensão dos direitos humanos são os direitos sociais (art. 6o. da CF) e são direitos humanos de segunda dimensão os direitos individuais (Art. 5o. da CF).
- C) Primeira geração/dimensão dos direitos humanos são os direitos patrimoniais e os direitos humanos de segunda geração/dimensão são, por exemplo, os direitos culturais.
- D) Primeira geração/dimensão dos direitos humanos fundamentais são os direitos individuais e os direitos humanos de segunda geração/dimensão são os direitos sociais. (art. 6o da CF).
- E) Primeira geração/dimensão dos direitos humanos fundamentais são os direitos coletivos e de segunda geração/dimensão os direitos difusos.

**41. (PMA/URCA 2026) Sobre o processo administrativo disciplinar (PAD), nos termos da lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale a alternativa correta:**

- A) O PAD pode ser instaurado por qualquer cidadão, independentemente de ato da autoridade competente.
- B) O contraditório e a ampla defesa são dispensáveis no PAD, salvo nos casos de demissão, embora o PAD se desenvolva em 3 fases distintas: instauração, inquérito administrativo (instrução e relatório) e julgamento.
- C) A comissão que conduzirá o PAD exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração e as reuniões e audiências das comissões terão caráter reservado.



D) A revisão do PAD é vedada após o trânsito em julgado da decisão administrativa.

E) A penalidade de demissão pode ser aplicada sem a conclusão do PAD, desde que haja indícios suficientes de autoria.

**42. (PMA/URCA 2026) Sobre o sistema constitucional tributário brasileiro, marque a opção correta?**

A) A União, os Estados, o DF e os Municípios podem exigir ou aumentar tributo, independentemente de lei específica que o estabeleça.

B) É vedado à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

C) A reforma tributária aprovada no Governo Lula, acabou com a vedação em instituir impostos sobre as entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes, a ser implementado em 2030.

D) Instituir imposto sobre livros, jornais e periódicos não pode ser objeto de vedação pela União, os Estados, o DF e os Municípios.

E) À União é vedado instituir tributo que seja uniforme em todo o território nacional, sendo permitido distinção ou preferência em relação à regiões com maior PIB do País;

**43. (PMA/URCA 2026) Sobre as pessoas naturais no direito civil brasileiro é incorreto afirmar?**

A) Qualquer cidadão pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

B) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e relativamente incapazes os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.

C) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são relativamente incapazes a certos atos da vida civil ou à maneira de os exercer.

D) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

E) Far-se-á averbação em registro público, dentre outras, das sentenças que decretarem o restabelecimento da sociedade conjugal.

**44. (PMA/URCA 2026) Sobre o impedimento e a suspeição no âmbito do processo civil brasileiro e da doutrina, marque a opção correta.**

A) Há impedimento do juiz quando este for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados ou quando receber presentes de pessoas que tiverem interesse na causa antes ou depois de iniciado o processo, ou, ainda, que aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa;

B) A despeito da opinião doutrinária, não há diferença entre impedimento e suspeição nos termos do CPC;

C) Por serem indicadores da imparcialidade ou parcialidade do juiz, os motivos de impedimento e-ou a suspeição, não se aplicam aos auxiliares da justiça.

D) Quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, a suspeição só se verificará quando o defensor público, o advogado ou o membro do Ministério Público já integrava o processo antes do início da atividade judicante do juiz.

E) No dizer do CPC, a suspeição poderia ser declarada pelo juiz por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões. Considerando que “O impedimento constitui a hipótese mais grave de ausência de imparcialidade do juiz no processo. nessas situações, fica o juiz proibido, em termos peremptórios, de exercer jurisdição. ainda que o julgador, na sua consciência, sinta-se capaz de decidir com isenção, é vedada a sua atuação na causa (presunção absoluta de parcialidade).[...] a suspeição refere-se a situações consideradas menos graves de comprometimento da imparcialidade do juiz. recomenda-se, em tais casos, que o juiz se afaste do processo (inclusive de ofício) em virtude de circunstâncias subjetivas que podem comprometer, ainda que involuntariamente, sua capacidade para julgar com isenção.”, P. 119-126. GAJARDONI, Fernando Da, F. Et Al. Manual De Processo Civil - 1ª Edição 2025 . Disponível Em: Grupo Gen, Grupo Gen, 2025.

**45. (PMA/URCA 2026) A intervenção da união nos municípios está autorizada constitucionalmente em qual hipótese?**

A) Para garantir o pagamento de dívidas municipais.

B) Para assegurar a execução de programas federais.

C) Para reorganizar a administração municipal.

D) Para assegurar a observância dos princípios constitucionais, tais como: forma republicana, sistema representativo; autonomia municipal; prestação de contas da administração pública, direta e indireta, dentre outros.

E) Para nomear interventores em caso de calamidade pública.



**46. (PMA/URCA 2026) Sobre o tributo, sua definição, conteúdo, modo de prestação e suas espécies, segundo o Código Tributário Nacional brasileiro (CTN), podemos afirmar?**

- A) Prestação pecuniária compulsória, instituída em lei, que não constitua sanção de ato ilícito.
- B) Prestação voluntária das pessoas físicas e jurídicas ao Estado para garantir a entrega de serviços públicos pelo Estado.
- C) O tributo será prestado em moeda, unicamente; e, cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- D) Os tributos são especificamente divididos entre impostos e taxas, nos termos do CTN.
- E) Tributo é uma multa administrativa pela utilização de bens públicos.

**47. (PMA/URCA 2026) Qual é a natureza jurídica da ação popular prevista na Constituição Federal de 1988?**

- A) Ação penal pública de defesa do meio ambiente.
- B) Ação constitucional de controle concentrado.
- C) Ação de iniciativa privada para defesa de interesses individuais.
- D) Ação constitucional para controle difuso de constitucionalidade.
- E) Ação civil pública de defesa dos interesses da coletividade, utilizável por qualquer cidadão.

**48. (PMA/URCA 2026) Sobre os direitos das coisas no código civil brasileiro, é correto afirmar?**

- A) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico. Estão excluídos no exercício desse direito o dever de evitar a poluição do ar e das águas, mesmo quando estabelecido em lei especial.
- B) A propriedade do solo abrange as minas de calcário, a exemplo daquelas que existem em Nova Olinda e Santana do Cariri, o que permite a exploração mineral pelo proprietário desse patrimônio muito utilizado na construção civil.
- C) A posse é o exercício de fato, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.
- D) Os direitos reais sobre coisas móveis, quando constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos, se adquirem independente da tradição da coisa.

E) Quem quer que ache coisa alheia perdida não há de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor, achado não é roubado.

**49. (PMA/URCA 2026) Sobre a audiência de instrução e julgamento, provas, sentença e a coisa julgada no âmbito do processo civil brasileiro é correto afirmar?**

- A) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. A distribuição diversa do ônus da prova, entretanto, pode ocorrer por convenção das partes, e essa convenção pode ser celebrada antes ou durante o processo.
- B) O juízo estadual tem competência para produção antecipada de prova, exceto aquelas requeridas em face da União, de entidade autárquica ou de empresa pública federal mesmo se, na localidade, não houver vara federal.
- C) Haverá resolução de mérito quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção, decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição. Não há resolução de mérito, entretanto, quando o juiz homologar a transação;
- D) O juiz, na audiência de instrução e julgamento, exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe, manter a ordem e o decoro; ordenar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente; requisitar, quando necessário, força policial, e nessa condição, tratar com urbanidade as partes, embora esteja em posição hierárquica superior aos advogados à Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo;
- E) Todos os fatos alegados em juízo, sem exceção, dependem de prova.

**50. (PMA/URCA 2026) No que concerne ao controle interno e externo da administração pública, assinale a alternativa correta:**

- A) O controle externo é exercido exclusivamente pelo Poder Judiciário, com auxílio dos Tribunais de Contas.
- B) O controle interno limita-se à verificação da legalidade dos atos administrativos, não abrangendo aspectos de mérito.
- C) O controle externo, a cargo do Poder Legislativo, é exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas, que possuem competência para julgar as contas dos administradores e responsáveis por bens e valores públicos.
- D) O controle interno é realizado apenas sobre órgãos da Administração Direta, excluindo entidades da Administração Indireta.
- E) O controle externo não pode abranger entidades privadas que recebam recursos públicos.